



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

31. PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO FUNDIÁRIO
Processos Agrários

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTA CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

Nova espécie de planta no Rio

Não é a Amazônia – são apenas 3 hectares (1 hectare [ha] equivale a 10 mil m²) cravados no meio da cidade do Rio de Janeiro, atrás do Palácio da Guanabara, em Laranjeiras. Mas ainda assim esse pequeno resquício de Mata Atlântica guarda surpresas, como a *Calathea reginae*, uma nova espécie de planta que acaba de ser descrita por um pesquisador do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Pertencente à família *Marantaceae*, a *C. reginae* já havia sido coletada em 1971, atrás do Colégio Santo Inácio, mas a sua descrição e classificação só foram possíveis com a nova descoberta. “Para dar um nome científico a uma nova espécie, não basta apenas ter um exemplar da planta, precisamos de amostras da flor, do fruto, etc.”, conta o botânico João Marcelo Alvarenga Braga, do JBRJ.

Para ele, a grande importância do achado é a de mostrar que, mesmo em lugares muito desenvolvidos e afetados pelo homem, ainda é possível encontrar organismos desconhecidos. “Se é assim no Rio, imagine na Amazônia”, ressalta Braga. Mas nem tudo são flores para o novo vegetal carioca – a espécie já ‘nasceu’ em risco de extinção. Segundo o botânico, a *C. reginae* é uma planta endêmica local, ou seja, só existe naquele fragmento de mata. “Há somente um pouco mais de 20 indivíduos dessa espécie”, revela Braga.

Ele espera que o achado mostre a importância de se preservarem os resquícios de mata ainda existentes na cidade. “Começamos um projeto nesse sentido, pois propor salvar uma espécie sem garantir a preservação do seu habitat é o mesmo que deixá-la se extinguir”, conclui o botânico.

(Revista *Ciência Hoje*, junho de 2008. Adaptado)

01. De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que

- (A) em algumas cidades, como no Rio de Janeiro, são encontradas espécies exóticas de plantas típicas da região amazônica.
- (B) a presença de espécies endêmicas põe em risco a preservação de trechos da Mata Atlântica.
- (C) os botânicos estão preocupados com a proliferação de um novo vegetal carioca, cujas características ainda são desconhecidas.
- (D) o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, desde 1971, pesquisa todos os locais em que há a presença da *Calathea reginae*.
- (E) a preservação da Mata Atlântica, mesmo em locais urbanos, faz-se necessária para evitar a extinção das espécies.

02. A *Calathea reginae*

- (A) é uma espécie vegetal muito peculiar de áreas próximas a centros urbanos.
- (B) já era conhecida dos botânicos.
- (C) é uma planta que está em extinção desde 1971.
- (D) faz parte de um projeto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- (E) só pôde ser conhecida quando houve a devastação de trechos da Mata Atlântica.

03. Em – ... a espécie já ‘nasceu’ em risco de extinção. – a expressão em destaque significa que

- (A) é um vegetal que está ameaçado por causa da poluição.
- (B) há dificuldades para se classificar esse vegetal.
- (C) não há muita quantidade da espécie.
- (D) o seu habitat não permite que os pesquisadores tenham mais dados sobre a planta.
- (E) a ausência de informações sobre seus frutos dificulta uma classificação científica.

04. Em – ... a *C. reginae* é uma planta endêmica local,... – a expressão destacada, *endêmica*, significa

- (A) nativa.
- (B) distinta.
- (C) desconhecida.
- (D) similar.
- (E) comestível.

05. Segundo o botânico João Marcelo Alvarenga Braga,

- (A) as pesquisas acerca da descoberta de uma planta da família *Marantaceae* ainda não foram concluídas.
- (B) há muita dificuldade para encontrar espécimes da *C. reginae* na Amazônia.
- (C) é necessário conservar áreas verdes, mesmo que estejam no meio das cidades.
- (D) a preservação das matas deve ser de responsabilidade do Jardim Botânico.
- (E) há muitos organismos vegetais desconhecidos próximos ao Palácio da Guanabara.

06. No trecho – Para ele, a grande importância do achado é a de mostrar que, mesmo em lugares muito desenvolvidos e afetados pelo homem... – a expressão em destaque estabelece relação de

- (A) adversidade.
- (B) explicação.
- (C) conclusão.
- (D) concessão.
- (E) causa.

07. Assinale a alternativa correta quanto ao uso/colocação de pronomes, de acordo com a norma culta.

- (A) *Se* espera que a nova espécie de planta seja mais pesquisada pelos botânicos.
- (B) – Entre *eu* e o Jardim Botânico há uma parceria para elaborar um projeto de preservação da Mata Atlântica – disse o botânico.
- (C) – Para *mim* continuar a pesquisa com a *C. reginae*, será necessário observar a espécie em outros ambientes.
- (D) Quanto às novas espécies de plantas descobertas na cidade do Rio de Janeiro, os pesquisadores que preocupam-se com seu estudo estão desanimados.
- (E) Não *se* pode salvar a espécie se não houver preservação do seu habitat.

08. Leia as frases.

- I. As pesquisas ainda estão meio atrasadas.
- II. Fazem muitos anos que foi coletada uma amostra dessa nova planta.
- III. Pode haver muitas outras plantas como essa em outros locais.
- IV. Necessitam-se de novos exemplares de plantas para dar um nome científico.

Considerando a concordância verbal e nominal, estão corretas apenas as frases contidas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

09. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, a lacuna das frases quanto ao acento indicativo da crase.

- I. Os pesquisadores foram obrigados ____ examinar um grande número de espécimes.
- II. O botânico não se referiu ____ essa situação.
- III. Os estudos sobre essa nova descoberta não podem ficar ____ escondidas.

- (A) à ... a ... às
- (B) a ... à ... as
- (C) a ... a ... as
- (D) a ... a ... às
- (E) à ... à ... as

10. Considerando a flexão verbal, está correta a alternativa:

- (A) Se o botânico se dispuser a apresentar os resultados de sua pesquisa, saberemos mais a respeito da planta.
- (B) Quando o pesquisador ver essa nova espécie de vegetal carioca, poderá continuar seu projeto.
- (C) Os estudiosos se contradizeram várias vezes, durante o debate.
- (D) Espero que a região seja preservada.
- (E) Se os moradores intervirem, poderemos ter uma solução melhor para o problema.

11. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 37, *caput* da Constituição Federal, obedecerá aos seguintes princípios:

- (A) eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- (B) eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e sigilo profissional.
- (C) eficiência, legalidade, moralidade, pessoalidade e publicidade.
- (D) eficiência, legalidade, moralidade, pessoalidade e sigilo profissional.
- (E) eficiência, legalidade, pessoalidade, rapidez e sigilo profissional.

12. O ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade, é denominado

- (A) admissão.
- (B) autorização.
- (C) aprovação.
- (D) licença.
- (E) permissão.

13. Preconiza o princípio da legalidade, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, que o agente público

- (A) pode fazer tudo o que a lei não lhe proíbe.
- (B) somente pode fazer o que a lei lhe permite.
- (C) deve verificar, no caso concreto, se convém ao interesse público aplicar ou não a lei.
- (D) se atuar em desacordo com a lei, deve justificar seu ato.
- (E) pode atuar livremente, não se restringindo aos estritos limites legais.

14. A previsão contida no art. 37, § 1.º, da Constituição Federal, de que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, decorre do princípio da
- (A) Eficiência.
 - (B) Impessoalidade.
 - (C) Legalidade.
 - (D) Pessoalidade.
 - (E) Propaganda.
15. Compõem a Administração Indireta as
- I. Autarquias;
 - II. Fundações Públicas;
 - III. Sociedades de Economia Mista;
 - IV. Empresas Públicas.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) I, III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
16. A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que deve necessariamente ser organizada sob a forma de sociedade
- (A) anônima.
 - (B) comandita simples.
 - (C) cooperativa.
 - (D) em nome coletivo.
 - (E) limitada.
17. As autarquias, conforme art. 37, XIX, da Constituição Federal, somente poderão ser criadas por meio de
- (A) alvará específico.
 - (B) decreto específico.
 - (C) lei específica.
 - (D) portaria específica.
 - (E) resolução específica.
18. Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser classificados como:
- (A) de império e de gestão.
 - (B) gerais e individuais.
 - (C) perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.
 - (D) constitutivos, declaratórios e enunciativos.
 - (E) simples, complexos e compostos.
19. Decreto é a forma pela qual se revestem os atos individuais ou gerais, emanados dos (as)
- (A) Agentes Públicos.
 - (B) Autoridades.
 - (C) Diretores de Serviço.
 - (D) Chefes do Poder Executivo.
 - (E) Secretários de Estado.
20. O ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência, é denominado
- (A) Anulação.
 - (B) Avocação.
 - (C) Cassação.
 - (D) Invalidação.
 - (E) Revogação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em relação ao direito de propriedade, pode-se afirmar que

- (A) o perecimento é forma de perda da propriedade e pode ser fruto de um ato voluntário ou involuntário.
- (B) a alienação da propriedade é o ato de disposição sobre um bem a título oneroso, de forma voluntária.
- (C) a renúncia se confunde com abandono, constituindo um ato unilateral em que o proprietário se desfaz do bem.
- (D) a usucapião é forma derivada de aquisição de propriedade imóvel, mediante o exercício de posse prolongada.
- (E) as aquisições de propriedades imóveis se darão todas por meio do registro imobiliário.

22. Maria é proprietária e possuidora de terreno rural e Cristina, cessionária de parte mínima dessa área, mas que ofereceu em hipoteca todo o imóvel, em garantia de dívida contraída com uma instituição financeira. Entende Maria que está sendo turbada em sua posse. Diante desse fato, assinale a assertiva correta.

- (A) O simples fato de ter sido a hipoteca averbada na matrícula do imóvel de Maria não é suficiente para caracterizar turbação ou ameaça de sua posse.
- (B) A indevida hipoteca extrajudicial está entre as hipóteses de turbação de direito, por ser ato ofensivo ao direito do possuidor.
- (C) Houve efetivamente ofensa à posse da Maria, até porque o gravame impõe a esta certas restrições no uso e gozo do imóvel.
- (D) O registro da hipoteca na matrícula do imóvel não resulta ofensa à posse, pois aparentemente é outro o proprietário do imóvel.
- (E) Com a averbação da hipoteca no Registro de Imóveis, Maria foi esbulhada na posse do imóvel e não turbada.

23. Em relação ao direito de posse, aponte a assertiva correta.

- (A) A defesa da posse pelo desforço próprio traduz a possibilidade de o possuidor reavê-la por suas próprias mãos quando ameaçada.
- (B) Quando o possuidor for retirado total ou parcialmente da sua posse, ocorrerá o esbulho possessório, não permitindo a autotutela.
- (C) Posse civil é a que se constitui pelo exercício de poderes de fato sobre a coisa, a que se assenta na detenção da coisa.
- (D) A apreensão da coisa é modo de aquisição derivada da posse, em razão da apropriação unilateral de algo sem dono.
- (E) O direito de indenização por benfeitorias permite que o possuidor de má-fé seja indenizado pelas benfeitorias necessárias.

24. Lucas instala-se com sua família em um imóvel desocupado, aparentemente abandonado, já que estava sem recursos financeiros, e lá cultiva uma pequena lavoura, colhendo de seus frutos pendentes. Maurício, proprietário do imóvel, tomando conhecimento do fato, pleiteia a devolução do bem. Diante desse fato, indique a assertiva correta.

- (A) Somente a posse de boa-fé será passível de constituir um futuro domínio, mediante a aquisição de propriedade por usucapião.
- (B) A posse de Lucas é justa em face de Maurício, uma vez que não foi adquirida de modo violento, clandestino ou precário.
- (C) A posse de Lucas é injusta em face de Maurício, motivo que não a torna capaz de merecer proteção jurídica em face de terceiros.
- (D) Deve Maurício indenizar Lucas pelos frutos colhidos, pois os frutos pendentes ao tempo que cessar a boa-fé devem ser restituídos.
- (E) Os frutos pendentes devem ser restituídos, sem que seja possível ser deduzidas as despesas da produção e custeio.

25. Considere as seguintes afirmações:

- I. A forma mais comum de transferência da propriedade imobiliária é a inscrição do título translativo de propriedade no Cartório de Registro de Imóveis.
- II. O registro do título translativo no Cartório de Registro de Imóveis transfere bem certo e determinado e gera efeitos *ex nunc*, ou seja, a partir da pernotação do título.
- III. Cancelado o registro do título translativo de propriedade, o proprietário não poderá reivindicar o imóvel, em razão da boa-fé ou do título do terceiro adquirente.
- IV. Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.
- V. A renúncia da propriedade não necessita de inscrição no Cartório de Registro de Imóveis para produzir efeitos.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e V.

26. Em relação à organização dos Estados, regulada pela Constituição Federal, é correto dizer que

- (A) são bens dos Estados Federados os potenciais de energia hidráulica situados em seu território.
- (B) cabe aos Municípios explorar os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- (C) são bens dos Estados Federados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- (D) compete aos Municípios legislar concorrentemente com a União e os Estados sobre dano ao meio ambiente.
- (E) compete concorrentemente aos Estados legislar sobre jazidas, minas e recursos minerais de seu território.

27. Considere estas afirmações:

- I. A produtividade é um elemento da função social da propriedade, bastando a análise de sua existência para que a propriedade seja considerada como cumpridora do princípio.
- II. O regime jurídico da terra fundamenta-se na doutrina da função social da propriedade, pela qual toda riqueza produtiva tem uma finalidade social e econômica e quem a detém deve fazê-la frutificar, em benefício próprio e da comunidade em que vive.
- III. Qualquer imóvel rural pode ser desapropriado por interesse social para fins de reforma agrária e melhor distribuição da propriedade fundiária, desde que presentes os requisitos necessários.
- IV. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de cinco anos.
- V. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a vinte e cinco hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e V.
- (B) II e III.
- (C) IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e V.

28. Em relação ao direito de propriedade, observado constitucionalmente, aponte a assertiva correta.

- (A) O direito de propriedade é concebido com uma relação entre uma pessoa e uma coisa, de caráter absoluto, natural e imprescritível.
- (B) O direito de propriedade deve ser entendido como um direito individual e como instituição de direito privado.
- (C) A Constituição reconhece limites ao direito de propriedade, porque limita a liberdade do proprietário em alienar a quem lhe aprouver.
- (D) Mesmo na desapropriação pela falta de cumprimento da função social da propriedade rural, haverá indenização.
- (E) A função social da propriedade se confunde com os sistemas de limitação da propriedade e a estes dizem respeito.

29. Compete à União legislar concorrentemente com os Estados sobre

- (A) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (B) desapropriação, custas processuais, educação, cultura, desportos, ensino, orçamento.
- (C) comércio exterior e interestadual, proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (D) registros públicos, criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
- (E) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais.

30. Indique a assertiva correta.

- (A) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
- (B) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia e a noite, por determinação judicial.
- (D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, sendo que as associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas.
- (E) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

31. Quanto à retificação administrativa de terras rurais, pode-se afirmar que

- (A) a opção pelo procedimento administrativo exclui a prestação jurisdicional, a requerimento da parte prejudicada.
- (B) as áreas públicas poderão ser demarcadas ou ter seus registros retificados administrativamente, desde que constem do registro ou sejam logradouros devidamente averbados.
- (C) são devidos custas ou emolumentos notariais ou de registro decorrentes de regularização fundiária de interesse social a cargo da administração pública.
- (D) não poderão, por via administrativa, ser apurados os remanescentes de áreas parcialmente alienadas, por não serem considerados os confinantes.
- (E) a modificação da qualificação pessoal das partes, comprovada por qualquer meio de prova, poderá ser feita na modalidade administrativa.

32. Em relação aos interditos possessórios, aponte a assertiva correta.

- (A) Incumbe ao réu provar sua posse e a data do esbulho, a perda da posse, na ação de reintegração e o esbulho praticado.
- (B) A liminar de reintegração somente se dará após a audiência de justificação, mandando expedir desde logo o mandado.
- (C) Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida liminar de reintegração sem a oitiva de seus representantes judiciais.
- (D) O possuidor indireto não terá direito a utilizar os interditos possessórios, exceto com expressa anuência do possuidor direto.
- (E) Concedido o mandado liminar de manutenção ou de reintegração, o autor promoverá, nos dez dias subsequentes, a citação do réu.

33. Indique a assertiva correta.

- (A) Cabe ação de divisão ao proprietário para obrigar o seu confinante a estremar os respectivos prédios.
- (B) É possível ação demarcatória entre condômino para obrigar os demais consortes a partilhar a coisa comum.
- (C) Fixados os marcos da linha de demarcação, os confinantes considerar-se-ão terceiros quanto ao processo divisório.
- (D) O prazo para contestar ação demarcatória e divisória, comum para todos os réus, é de quinze dias.
- (E) As benfeitorias que excederem a área a que têm direito na ação divisória serão perdidas sem indenização.

34. Em relação aos bens públicos, indique a alternativa correta.

- (A) São os do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- (B) Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; os de uso especial, tais como os destinados a portadores de atendimento especial.
- (C) São os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, e as de direito privado prestadoras de serviço público.
- (D) Lei especial deverá indicar como bens públicos os dominicais aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- (E) Os bens públicos dominicais e os de uso especial são inalienáveis e não são passíveis de usucapião, exceto se houver autorização legislativa para tanto.

35. Considerando as restrições constitucionais aos bens públicos, aponte a assertiva correta.

- (A) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam seu uso, permanecendo o domínio com a União.
- (B) Terras públicas e devolutas serão conferidas ao homem ou à mulher, ou a ambos, dependendo do estado civil, nos termos previstos em lei.
- (C) A alienação, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil hectares, a pessoa jurídica, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- (D) As alienações ou as concessões, a qualquer título, de terras públicas para fins de reforma agrária dependerão de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- (E) A licença de ocupação poderá ser cancelada, a qualquer momento, exceto por motivo de força maior ou utilidade pública.

36. Considere as seguintes afirmações:

- I. Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público sem exclusividade.
- II. A utilização de bem público não é conferida com vistas à utilidade pública, mas no interesse privado do utente.
- III. A permissão pode recair sobre bens públicos de qualquer espécie, sendo ato unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso.
- IV. A autorização cria para o usuário a obrigação de uso, ao passo que a permissão cria uma faculdade ao usuário.
- V. A fixação de prazo tira à autorização o caráter de precariedade, conferindo ao uso privativo certo grau de estabilidade; vincula a Administração à obediência do prazo.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e V.
- (D) II, III e V.
- (E) I, II e IV.

37. Quanto à concessão de uso, aponte a afirmação correta.

- (A) Quando implica utilização de bem de uso comum do povo, a outorga é possível para fins de interesse público e em situações de emergência comprovada.
- (B) Deve ser remunerada, temporária, de utilidade pública, quando acessória de uma concessão de serviço público, ou de utilidade pública.
- (C) É de sua essencialidade que se indique a finalidade, sem que implique na destinação do bem concedido, como os destinados à utilização privada.
- (D) É um contrato de direito público, *intuitu personae*, sendo de regra a licitação, sob a forma de concorrência pública.
- (E) A concessão pode ser autônoma ou acessória, conforme seja ou não conjugada com uma concessão de serviço público.

38. Indique a assertiva correta.

- (A) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, sem modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social.
- (B) Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias.
- (C) Imóvel Rural, o prédio rústico, de área contínua qualquer, localizado em área própria, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial.
- (D) Propriedade Familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva parte da força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico.
- (E) O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação e fomento lucrativo.

39. Sobre as terras devolutas, pode-se dizer que
- (A) são consideradas como categoria especial de bens, que não podem se enquadrar como bem público.
 - (B) as terras que compõem a faixa de fronteira são consideradas como pertencentes aos Estados em que se situam.
 - (C) a legitimação de posse de terras devolutas é uma liberalidade da Administração Pública.
 - (D) são terras que comportam a legitimação de posse, transferindo o domínio ao possessor.
 - (E) são áreas de direito privado que são devolvidas aos Estados, por lhe pertencerem desde o descobrimento.
40. Quanto à ação discriminatória, indique a assertiva correta.
- (A) Pode ter como autor o Poder Público Municipal relativo onde se encontram as terras sediadas, sem exceção.
 - (B) A ação discriminatória, de interesse da sociedade, pode ser pleiteada por meio de ação civil pública.
 - (C) A ação discriminatória é de competência exclusiva do Poder Público Federal e Estadual.
 - (D) Ação discriminatória não é o mesmo que demarcação de terras devolutas, haja vista o objetivo distinto.
 - (E) A ação discriminatória é de competência da Justiça Federal, qualquer que seja o legitimado ativo.
41. Assinale a alternativa correta quanto ao direito de propriedade.
- (A) O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, bem como em caso de perigo público iminente.
 - (B) A propriedade do solo abrange as jazidas, com direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção.
 - (C) A propriedade do solo abrange o espaço aéreo, podendo o proprietário opor-se a atividades nesse espaço por terceiros, em qualquer caso.
 - (D) Pode ser perdida a propriedade por esbulho praticado por terceiros, contra a sua vontade e sem ressarcimento.
 - (E) Ao proprietário de boa-fé será garantida a justa indenização no caso de desapropriação para fins de reforma agrária.
42. Assinale a alternativa correta quanto ao processo de regulamentação de terras devolutas, no âmbito do Estado de São Paulo.
- (A) A Fazenda Estadual poderá desistir da discriminação das áreas não superiores a duzentos e cinquenta hectares, mediante transação judicial.
 - (B) Entendem-se como posse efetiva a morada permanente ou habitual e a exploração de 70% (setenta por cento) da área aproveitável da gleba.
 - (C) A alienação onerosa operar-se-á mediante o pagamento de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor da terra nua.
 - (D) O ocupante, pessoa física ou jurídica, poderá ser beneficiado pelo processo de regulamentação de terras devolutas.
 - (E) Deferida a regularização de posse e cientificado o ocupante, terá ele o prazo de dez dias para depositar o preço, ou requerer parcelamento.
43. Tratando-se de legitimação de posse de terras remanescentes de Comunidades de Quilombos, aponte a assertiva correta.
- (A) O Estado observará o limite de 100 (cem) hectares nas legitimações de posses em terras devolutas nestes casos.
 - (B) O título será expedido, sem ônus de qualquer espécie, a cada associação legalmente constituída.
 - (C) O Estado expedirá títulos de legitimação de posse de terras públicas estaduais e municipais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.
 - (D) O Poder Executivo estabelecerá com exclusividade as diretrizes que definirão os Remanescentes das Comunidades de Quilombos beneficiários.
 - (E) As associações dos Remanescentes das Comunidades de Quilombos estabelecerão com exclusividade as diretrizes que definirão os beneficiários.
44. São características dos atos administrativos negociais o que se afirma em:
- (A) os atos administrativos se assemelham aos atos legislativos e aos atos judiciais por sua natureza, conteúdo, forma e atribuições a que se destinam.
 - (B) os atos administrativos são chamados de atos unilaterais estritos quando se constituem em contratos administrativos.
 - (C) todo ato administrativo requer forma para a sua validade, caso contrário, será o mesmo tido por ato anulável, sendo passível de retificação.
 - (D) no direito público, a liberdade de forma para os atos é regra, assim como no direito privado. A inexistência da forma induz à inexistência do ato.
 - (E) são praticados pelos órgãos executivos da Administração Direta ou por dirigentes das pessoas da Administração Indireta.
45. Aponte a assertiva correta.
- (A) O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, ainda que na posse de outrem, será bem vago.
 - (B) O imóvel situado na zona rural, abandonado, sem que esteja na posse de outrem, poderá ser arrecadado como bem vago, e depois de três anos será da União.
 - (C) Não se presumirá de modo absoluto a intenção de abandono, o fato de o proprietário deixar de exercer a posse e de não satisfazer os ônus fiscais.
 - (D) Perder-se-á a propriedade imóvel pela alienação, renúncia, abandono, acessão, aluvião, ocupação, tradição, especificação e demais modos previstos em lei.
 - (E) O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido para usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, ainda que não contínuas.

46. A autorização para a União promover a ação de desapropriação decorre de
- (A) decreto que declarar o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária.
 - (B) autorização administrativa do Ministério correspondente.
 - (C) ato discricionário da autoridade administrativa.
 - (D) ato vinculado do Ministério da Agricultura.
 - (E) sentença judicial definitiva.
47. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 10 anos.
 - (E) 20 anos.
48. Para a aquisição da propriedade rural por usucapião prevista na Constituição Federal é necessário que a área não seja superior a
- (A) 5 hectares.
 - (B) 10 hectares.
 - (C) 20 hectares.
 - (D) 40 hectares.
 - (E) 50 hectares.
49. São órgãos superiores da Fundação ITESP:
- (A) o Conselho Curador e o Conselho Fiscal.
 - (B) a Diretoria Executiva e o Conselho Curador.
 - (C) a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.
 - (D) o Conselho Curador e o Conselho Consultivo.
 - (E) o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.
50. A Fundação ITESP é vinculada à Secretaria
- (A) do Meio Ambiente.
 - (B) de Constituição e Justiça.
 - (C) da Justiça e da Defesa da Cidadania.
 - (D) da Agricultura.
 - (E) da Reforma Agrária.